JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.174 – Brasília, quinta-feira, 5 de outubro de 2000

Senado aprova projeto que agiliza arrecadação nas ações trabalhistas

Projeto a ser enviado à sanção do presidente da República regulamenta dispositivo constitucional e estabelece a obrigatoriedade de a Justiça do Trabalho executar de ofício as dívidas com a Previdência resultantes das condenações

O recolhimento das contribuições sociais provenientes de reclamações trabalhistas pode tornar-se mais ágil. O Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de a Justiça do Trabalho executar de ofício as dívidas com a Previdência Social. O projeto, que vai à sanção do presidente da República, regulamenta dispositivo constitucional.

CPI do Futebol já tem nomes indicados por partidos

Os partidos começaram a indicar seus representantes na CPI do Futebol, que, segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dificilmente será transformada em comissão mista. Ele também comentou a postura do governo diante dos resultados das eleições municipais.

Página 4

O presidente do Senado *(com os senadores José Roberto Arruda e Álvaro Dias)* considera difícil transformar CPI em comissão mista do Congresso

Propostas de emendas constitucionais entram no terceiro dia de discussão

Página 3

CI

Indicação para a ANA será votada hoje

Mensagem presidencial que indica o engenheiro Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para diretoria da Agência Nacional de Águas deve ser apreciada hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Página 3

CAS/CCJ

Restrição à propaganda de cigarros terá debate em audiência conjunta

Com 23 emendas até agora, proposta aprovada pela Câmara dos Deputados será discutida em audiência das comissões de Assuntos Sociais e de Justiça do Senado.

Página 6

Osmar, na presidência da CAS, anunciou entendimentos com a CCJ para definir data da audiência

Cabral *(ao microfone)* é autor da sugestão para a CCJ promover audiência sobre a reforma do Judiciário

CCJ

Magistrados e OAB serão ouvidos sobre a reforma do Judiciário

Presidentes de tribunais superiores e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil participarão de audiência proposta por Bernardo Cabral e aprovada pela CCJ.

Página 6

Amir Lando vê indícios de arrecadação subestimada

Comissão discutirá com Everardo Maciel previsão de receitas

Página 5

Souto: liberdade só com devolução do valor subtraído

Souto propõe rigor nas penas para quem lesa erário

Página 6

ACM pede humildade a FHC para ouvir recado das urnas

Senador interpreta os resultados das eleições como sinal em favor de uma reforma ministerial que permita promover mudanças no governo

Os resultados das eleições municipais apontam para a necessidade de realização de uma reforma ministerial, disse ontem o presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães.

Ele considerou "falta de humildade" do presidente Fernando Henrique Cardoso não aceitar as sugestões feitas pelo senador para que promova mudanças no governo e determine a investigação de abusos que teriam sido cometidos por ministros durante a recente campanha eleitoral. "O pior cego é o que não quer ver, não ouvir o recado das urnas é a falência da democracia", disse Antonio Carlos.

Antonio Carlos: "Se o presidente (*Fernando Henrique*) acha que as urnas falaram a favor dele, é uma questão de entendimento"

O senador observou que "o poder algumas vezes inebria as pessoas, que pensam que podem tudo". "Mas ninguém pode tudo", acrescentou, lembrando frase do papa João XXIII. "Quando ele diz que não aceita que se recomende nada ao presidente da República, ele se coloca em uma posição autoritária, que não está à altura de seu passado", afirmou.

– Se o presidente acha que o governo está bem e as urnas falaram a favor dele, é uma questão de entendimento – observou.

Com relação ao combate à corrupção no governo, o senador revelou que escreve cartas a Fernando Henrique sobre isso há mais de três anos. "O presidente está apostando em minha discrição e no meu caráter de não revelar as conversas que tenho tido com ele sobre o assunto", observou o presidente do Senado.

Antonio Carlos disse ainda que respeita a autoridade do presidente, mas ressaltou que não pode aceitar tudo o que ele pensa e a maneira pela qual age. A falta de humildade para aceitar recomendações, avalia Antonio Carlos, "é uma demonstração de que ele é culpado pelos erros dos ministros, porque não aceita nem que se diga algo em torno dos erros de seu governo".

O senador admitiu que poderia revelar as cartas que trocou com o presidente da República se esse fosse o desejo de Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de Fernando Henrique ter entendimento contrário, Antonio Carlos afirma que o presidente ainda não respondeu às suas denúncias de abusos. Ele disse que, durante a recente campanha eleitoral, fez chegar ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, uma série de denúncias sobre "mau uso de dinheiro público em quase todos os estados". E citou duas áreas específicas, as de saúde e de transportes, lembrando que manter essa atitude de fiscalização e denúncia é uma de suas obrigações como senador.

Senador critica aluguel pago por embaixada

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, respondeu ontem às declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, feitas em Berlim, de que não aceitava recomendações de quem quer que seja para fazer mudanças em seu governo com uma crítica.

O senador lamentou as despesas que o país terá com o aluguel da nova e luxuosa sede da embaixada brasileira na Alemanha.

– O presidente da República tem o mau hábito de, quando está no exterior, tocar em assuntos brasileiros. Mas eu pensei que, nessa viagem a Berlim, o primeiro assunto que ele fosse tratar seria o aluguel da embaixada, de R$ 242 mil mensais, o que é um absurdo – afirmou o presidente do Senado.

Antonio Carlos destacou que, para um país pobre, gastar tanto em embaixadas que seriam dispensáveis, em termos de luxo e riqueza, não condiz com a necessidade de combate à pobreza. "E ele aderiu tardiamente ao combate à pobreza", acrescentou o senador.

O presidente do Senado lembrou que defendeu a prioridade para o combate à pobreza antes de os próprios organismos que regem a economia internacional (FMI, Banco Mundial) incluírem o tema em suas agendas.

Câmara vota emenda que muda regras para ministros do TCU

Aprovada em dois turnos pelo Senado, a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que garante aos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) com mais de 65 anos a possibilidade de promoção ao cargo de ministro daquela instituição, aguarda votação na Câmara. A proposta pretende dispensar da exigência de limite de idade os auditores que tenham exercido o cargo de ministro do TCU, antes dos 65 anos, por mais de cinco anos.

Se a medida entrar em vigor, deverão ser beneficiados, de imediato, dois auditores que exercem a função de ministro substituto há mais de 20 anos, mas estão prestes a completar 65 anos. "A manutenção da atual regra restritiva dos direitos individuais e políticos dos auditores apresenta um quadro de extrema injustiça", diz o senador Bernardo Cabral.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

11h – Preside sessão deliberativa ordinária
12h30 – Recebe o deputado Luiz Antônio Medeiros, acompanhado dos presidentes da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e da CUT, João Antônio Felício

Brasil 500

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; Requerimento nº 466/2000, do senador Roberto Freire, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 76 e 137, de 2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 467/2000, do senador Amir Lando, solicitando o desapensamento dos PLSs nºs 287 e 569, de 1999, do PLC nº 10/98.

COMISSÕES

9h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Mensagem nº 170/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas; Diversos nº 38/99, que encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 351/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; e Requerimento nº 14/2000, que cria a Subcomissão Permanente destinada a apurar os vazamentos de óleo ocorridos no país. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: reunião do colegiado para tratar de alteração da Resolução nº 2/95, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o parágrafo 1º do art. 166 da Constituição federal, e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. *Gabinete 324 do Anexo IV da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

9h às 18h30 – Mostra do Redescobrimento – Brasil + 500 está aberta para visitação pública até 15 de outubro. Além do original da Carta de Pero Vaz de Caminha, a exposição apresenta, ainda, 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, fazendo uma releitura moderna dos temas e cenários descritos no documento. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PREVISÃO
PLENÁRIO

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aprovado projeto que agiliza a arrecadação previdenciária

Decisão do Plenário permitirá que juízes e tribunais trabalhistas executem de ofício as dívidas junto à Previdência Social

Pelo relatório lido em Plenário, a Previdência Social arrecadou este ano R$ 315 milhões em decorrência de ações trabalhistas

O Senado aprovou ontem projeto de lei que acelera o recolhimento das contribuições previdenciárias ao estabelecer que juízes e tribunais trabalhistas executem de ofício os créditos para com a Previdência. O texto, que regulamenta dispositivo da Constituição, vai agora à sanção presidencial.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a medida garante procedimentos mais eficientes na Justiça do Trabalho, a quem cabe conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregadores e trabalhadores regidos pela CLT.

Em seu parecer, o senador Lúcio Alcântara destacou argumento do Executivo de que reclamações trabalhistas são importante forma de contribuição para a Previdência Social. No entanto, lembra, as dívidas não podem ser executadas pela Justiça do Trabalho porque o dispositivo não foi ainda regulamentado.

Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social mostram que, entre junho de 1999 e fevereiro de 2000, cerca de R$ 315 milhões foram arrecadados somente em decorrência de reclamações trabalhistas, acrescentou o relator.

O projeto faculta ao devedor o pagamento imediato da dívida junto à Previdência. Eventuais diferenças, no entanto, podem ser cobradas de ofício pelos juízes e tribunais trabalhistas.

CI deve votar hoje indicação de engenheiro para diretor da ANA

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, às 9h30, para apreciar mensagem presidencial indicando o engenheiro Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Na última reunião da comissão, dia 14 de setembro, a votação dessa mensagem foi adiada em virtude da presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), ter recebido denúncias anônimas envolvendo o indicado.

Porto: adiamento não significa prejulgamento do indicado

Naquela ocasião, foram aprovados os nomes de Jerson Kelman, para exercer o cargo de diretor-presidente da agência, e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, Lauro Sérgio de Figueiredo e Ivo Brasil para integrar o restante da diretoria. Ao solicitar o adiamento da votação, o relator da mensagem, senador Arlindo Porto (PTB-MG), explicou que sua atitude não significava um prejulgamento, mas a impossibilidade de apresentar um relatório conclusivo sem antes avaliar cuidadosamente as acusações.

A Agência Nacional de Águas, cuja criação foi aprovada pelo Senado no dia 20 de junho, tem a responsabilidade de implementar a política brasileira de recursos hídricos.

Também está na pauta da Comissão de Infra-Estrutura a análise de requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) propondo a criação de uma subcomissão permanente destinada a apurar os vazamentos de óleo ocorridos no país.

PECs entram hoje no terceiro dia de discussão

Saturnino: quadro de insegurança obriga combate eficaz da violência

O Senado realiza hoje o terceiro dia de discussão de duas propostas de emenda constitucional – a que permite a atuação das guardas municipais no policiamento ostensivo e preventivo e a que reduz apenas a atos de natureza política as hipóteses de sessão conjunta do Congresso. Hoje, foi o segundo dia de discussão dessas matérias.

De autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a PEC que altera o dispositivo constitucional sobre as guardas municipais foi emendada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por sugestão dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Artur da Távola (PSDB-RJ), o texto passou a preconizar que lei federal regulamentará esse assunto. O texto original permitia que os municípios fizessem convênios com os estados para realizar serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que já foi contra a idéia de ampliar-se a atuação das guardas municipais para atividades policiais – temendo os conflitos de jurisdição e até confrontos armados entre policiais municipais e estaduais – mas mudou de idéia. Para ele, o quadro de insegurança nas grandes cidades chegou a tal ponto que é necessário um combate mais eficaz à violência. "É uma proposição oportuna que vem num momento extremamente grave. A sociedade, como está configurada, fabrica bandidos", argumentou ele.

Já a PEC do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) altera seis artigos da Constituição para reduzir apenas a atos de natureza política as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. Para Alcântara, é equivocado o entendimento, vigente desde 1946, segundo o qual o Congresso deveria funcionar mais freqüentemente em sessão conjunta. Ele entende que, em razão disso, sérios empecilhos impediram o pleno funcionamento do Legislativo, tornando-o "refém contumaz do Executivo e da imprensa, feroz crítica do que denominou de inércia do Poder Legislativo".

Autorizado o funcionamento de duas emissoras

O Senado aprovou ontem decretos legislativos outorgando permissão para o funcionamento de duas emissoras de rádio. O primeiro decreto autoriza o Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus (RN).

O segundo decreto permite à Fundação Cultural Professora Astrogilda Mariano Damasceno executar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Santa Rita do Passa Quatro (SP). As matérias vão agora a promulgação.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2000. Presidente da República. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça do Trabalho, de execução das contribuições devidas à Previdência Social.

Resultado: Aprovado. À sanção.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 1999. Senador Romeu Tuma e outros. Altera dispositivo da Constituição federal (§ 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão. A discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão. A discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2000. Aprova o ato que autoriza o Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes a executar serviço de radiodifusão comunitária em Bom Jesus (RN).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2000. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Professora Astrogilda Mariano Damasceno para executar serviço de radiodifusão FM em Santa Rita do Passa Quatro (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Requerimento nº 464, de 2000. Senador Pedro Simon. Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. PLS nº 488, de 1999, perde o seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com o PLC nº 77, de 1997, e com o PLS nº 618, de 1999. As matérias vão às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Assuntos Sociais.

7

Requerimento nº 465, de 2000. Senador Osmar Dias. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2000-Complementar, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Participação dos Servidores e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. A matéria vai ao Arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho (E), ao lado dos senadores José Sarney e Pedro Piva, durante a reunião da CRE ontem

CRE aprova embaixador e acordo com os EUA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Suriname. Foi aprovado também acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para o fornecimento de material de defesa de origem norte-americano.

Segundo o relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), o acordo atende à necessidade de manter no Brasil equipamentos sob contrato de *leasing* que estão terminando, o que obrigaria sua devolução aos EUA. O senador ressaltou que o acordo não impede que o Brasil adquira novos equipamentos e não implica na participação operacional americana em território brasileiro. O senador lembrou que esse tipo de acordo já foi assinado com 86 países, entre eles todos os da América Latina, com exceção de Cuba.

O senador Lauro Campos (PT-DF), que votou contrariamente ao acordo, explicou que sua decisão era pessoal e não decorrente de orientação partidária. Lauro Campos justificou o voto afirmando que é um pacifista. Ele lembrou palestra do senador José Sarney (PMDB-AP), presidente da CRE, a respeito do Mercosul, em que Sarney manifestou preocupação com a tentativa de empresas norte-americanas de reavivar antigas animosidades entre países latino-americanos com o único objetivo de vender armas.

O senador Tião Viana (PT-AC) acompanhou o voto contrário de Lauro Campos. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) absteve-se de votar, mas ressaltou que pode rever sua posição quando a matéria for votada em Plenário. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse ter solicitado informações sobre o acordo ao Ministério da Defesa e ficado satisfeito com as explicações que recebeu.

CPI do Futebol já tem as primeiras indicações

Ex-técnico Wanderley Luxemburgo deverá ser um dos primeiros a depor, segundo o senador Álvaro Dias, autor do requerimento

O ex-treinador da seleção brasileira Wanderley Luxemburgo e a estudante de direito Renata Alves devem ser os primeiros a depor na comissão parlamentar de inquérito que investigará as denúncias de irregularidades no futebol brasileiro. O anúncio foi feito ontem pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de criação da CPI. Renata, ex-secretária de Luxemburgo, fez há pouco mais de um mês uma série de denúncias contra o treinador, que estaria envolvido em sonegação fiscal e em negociação de jogadores.

– A comissão vai definir um roteiro, mas certamente quem denuncia, no caso a ex-secretária, e posteriormente o próprio treinador devem ser os primeiros convocados, devido à relevância dos fatos. Acho que a CPI deve partir de fatos recentes e caminhar para os acontecimentos mais distantes na nossa memória – afirmou o senador. Álvaro Dias espera que os trabalhos da CPI sejam iniciados na próxima semana.

Ainda ontem a liderança do PMDB indicou os senadores Renan Calheiros (AL), Maguito Vilela (GO), Gilvam Borges (AP) e Gilberto Mestrinho (AM) como membros titulares da comissão. Para a suplência foram indicados Ney Suassuna (PB), Gerson Camata (ES) e Agnelo Alves (RN). O Bloco Oposição esteve reunido ontem para tratar do assunto e, assim como o PFL e o PSDB, deve indicar os seus representantes hoje.

Álvaro disse que a ex-secretária que denunciou Luxemburgo deverá ser chamada para depor

Para ACM, comissão mista agora é mais difícil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que é difícil atender à sugestão do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no sentido de transformar em CPI mista a comissão parlamentar de inquérito já constituída pelo Senado para investigar irregularidades no futebol brasileiro.

De acordo com Antonio Carlos, a comissão do Senado já está formada e aguarda apenas as indicações dos integrantes dos partidos para ser instalada. Na hipótese de Temer formalizar a sugestão para alterar o caráter da CPI, deverão ser consultadas lideranças e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de constituição da comissão, segundo Antonio Carlos.

Alcântara diz que irrigação permitiu modernizar a agricultura cearense

A irrigação tem possibilitado ao Ceará desenvolver e modernizar sua agricultura, segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que destacou a implantação de cultivos nobres, principalmente de frutas, de preço elevado no mercado externo, em regiões irrigadas do estado. Segundo o senador, projetos de cooperação entre o governo e a iniciativa privada têm permitido a criação de pólos agrícolas onde estão inseridos os grandes projetos de irrigação do Ceará, em fase de conclusão.

Alcântara: Ceará atrai multinacionais que produzem e comercializam frutas

É dessa forma, disse, que o estado vem atraindo importantes multinacionais que produzem e comercializam frutas, como a Del Monte e a Amway Corporation. Além dessas, o senador destacou os investimentos feitos pela Cione, empresa cearense que modernizou o plantio de cajueiros com base em tecnologia desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que aumentou sua produtividade em até 2.800%.

– Podemos observar que estamos saindo daquele estado de letargia natural que se instalou quando da perda de competitividade do nosso tradicional binômio: algodão mocó e gado. Estamos partindo para uma agricultura intensiva, moderna e tecnificada, com a indispensável educação para a agricultura irrigada – afirmou.

O recente desenvolvimento do plantio de frutas, observou o senador, levou à criação do Sindifruta, entidade que reúne empresários da fruticultura, e que tem apoio do governo estadual. Para Alcântara, o destaque obtido pelo Ceará na produção de frutas permitiu que o sindicato promovesse, em setembro passado, a 7ª Frutal e o 16º Congresso Brasileiro de Fruticultura, quando foram discutidos os últimos avanços tecnológicos e foi lançado, pelo ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, o Programa Nacional de Fruticultura.

Relator vê indícios de arrecadação subestimada e quer ouvir Everardo

Amir Lando acredita que, para se chegar ao orçamento realista defendido pelo governo, não pode prevalecer a prática de minimização das receitas federais

O relator-geral do Orçamento de 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem que "existem indícios" de que o Executivo subestimou a arrecadação prevista para o próximo ano. Por isso, o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamentos decidiu ouvir na terça-feira o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. O senador não quis informar, em entrevista à imprensa, que impostos ou contribuições poderiam estar subestimados.

Amir Lando anunciou ainda que o comitê decidiu, "praticamente por consenso", não aceitar a receita condicionada de R$ 1,4 bilhão de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas da União. "Todo mundo acha que esta receita não existe. A emenda constitucional que prevê sua cobrança ainda está em discussão na Câmara.

Lando anunciou que comitê decidiu não aceitar receita da contribuição de aposentados

Depois terá de ser votada no Senado e, mais tarde, uma lei iria fixar o percentual da contribuição", disse.

As afirmações foram feitas pelo relator-geral depois de uma reunião com os parlamentares que fazem parte do comitê de arrecadação e com vários técnicos das comissões de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado. No encontro, o comitê decidiu também ouvir o ministro do Planejamento, Martus Tavares, talvez ainda na próxima semana.

Existem algumas dúvidas sobre gastos sociais e de infra-estrutura previstos para 2001, inclusive sobre o déficit da Previdência Social. "Parece que o déficit que a Previdência informou à equipe econômica era menor. Alguns números precisam de uma explicação melhor. Queremos também um detalhamento do gasto com juros, a metodologia utilizada, como se chegou a tais números", acrescentou o senador. O projeto orçamentário enviado ao Congresso pelo Executivo prevê que o gasto nominal da União com juros em 2001 será de R$ 93,4 bilhões, mas a conta cairá para R$ 45,4 bilhões quando descontados os juros que a União tem a receber.

Amir Lando acredita que, para se chegar ao "orçamento realista" defendido pelo governo, não pode prevalecer a prática de se minimizar a arrecadação, o que possibilita ao Executivo, ao longo do ano, enviar ao Congresso pedidos de créditos suplementares para áreas de seu interesse.

Goldman: previsão realista de receitas evitará contingenciamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), disse ontem que, ao se fixar ainda neste mês uma meta realista de receitas da União em 2001, estará sendo aberto o caminho da execução obrigatória de despesas que vierem a ser previstas para o ano que vem.

A estimativa de receitas será parte do relatório preliminar que será submetido à comissão pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), relator-geral da proposta orçamentária para 2001. O relatório, que deverá ser divulgado em até duas semanas, conterá ainda normas básicas para a atuação da comissão, como a definição de verbas que podem ser cortadas ou remanejadas.

– Ao estabelecermos que no relatório preliminar definiremos as receitas reais e só depois passaremos a discutir as despesas, o que cada um faz em sua própria casa, tornaremos o Orçamento praticamente impositivo, sem precisar de instrumentos legais novos para isso – afirmou Goldman.

Atualmente, lembrou o deputado, o Poder Executivo recorre ao contingenciamento de verbas sob o argumento de que as receitas previstas no Orçamento seriam superiores às realmente obtidas. "Mas quando receitas e despesas são equilibradas, o campo de manobra do Executivo desaparece", observou.

VOTAÇÃO

A comissão reúne-se hoje para discutir uma proposta de alteração das normas de tramitação do projeto de Orçamento. Uma das sugestões em estudo é a de levar as votações dos relatórios setoriais diretamente ao plenário da comissão, sem necessidade de uma primeira votação nas subcomissões temáticas, como atualmente.

Comissão de Orçamento vai analisar nova lista do TCU

As obras previstas no Orçamento da União deste ano que não constarem da nova lista das que têm indícios de irregularidades, divulgada ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU), poderão ter os recursos liberados pelo Congresso Nacional. A previsão foi feita pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), que submeterá a lista a um comitê encarregado de acompanhar as obras irregulares.

– Se alguns contratos que estavam na lista anterior, tiverem sido regularizados e não constarem da atual, poderemos liberar as verbas – afirmou Goldman. A liberação dos recursos, explicou o deputado, ocorre mediante a aprovação pelo Congresso de um decreto legislativo, baseado em informação transmitida pelo TCU.

Existem duas soluções possíveis para a inclusão no Orçamento de 2001 de previsão de verbas para as obras consideradas irregulares. As obras podem contar com uma rubrica específica, cujos recursos estarão condicionados à sua liberação pelo TCU. Neste caso, uma simples decisão do Congresso bastaria para colocá-las em prática. Ou elas integrarão a reserva técnica já criada pelo governo. Para que seus recursos sejam liberados, será necessária a aprovação de um projeto de lei específico a ser enviado pelo Executivo.

A inclusão da obra na reserva técnica é apontada por Goldman como uma solução mais rigorosa.

Alberto Goldman é a favor da rigidez no uso do dinheiro público, mas defende bom senso

Na sua opinião, esse caminho poderia ser adotado para as obras com indícios mais fortes de irregularidades. O deputado levantou a hipótese de que as obras com irregularidades consideradas sanáveis possam contar com rubricas no Orçamento.

– Acredito que devemos ter rigidez suficiente para preservar o bom uso do dinheiro público, mas sempre utilizando o bom senso – disse Goldman, ao recordar que a paralisação de obras pode trazer prejuízos à população. O deputado afirmou ainda que uma obra só será retirada completamente do Orçamento se houver uma decisão de não mais levá-la adiante. "Uma vez excluída, a obra não poderá ser tocada nem se houver uma nova licitação", observou.

Quintanilha: Brasil cometerá erro se interromper cultivo de transgênicos, estimulado em outros países

Quintanilha faz crítica a moratória de transgênicos

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) criticou ontem em Plenário projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que prevê a suspensão da produção e comercialização de produtos geneticamente modificados, mais conhecidos como transgênicos. A "moratória" sugerida por Marina duraria até que estudos científicos mais aprofundados garantissem ser os transgênicos inofensivos para a saúde humana e para o meio ambiente.

Quintanilha disse acreditar que o Brasil cometerá grave erro se interromper o cultivo de transgênicos, quando os países desenvolvidos, entre estes os Estados Unidos, estão avançando aceleradamente em direção à produção agrícola com o uso de biotecnologia.

Preocupa ainda o senador o fato de o projeto de Marina Silva estar sendo relatado favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Quintanilha explicou que já havia apresentado parecer contrário à proposta na CAS, onde a matéria já havia tramitado. A pedido da senadora, o projeto foi separado de outros dois sobre o mesmo tema, voltando assim à comissão.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse concordar com a "moratória" sugerida por Marina Silva, porque "é preciso agir com segurança quando se trata da saúde humana e da natureza". Patrocínio fez um apelo no sentido de que projetos que tratem de assuntos urgentes tramitem com maior rapidez.

Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) expressou sua concordância com as idéias defendidas por Quintanilha. Ele disse acreditar que a biotecnologia irá mudar a história da Humanidade, e que o Brasil não poderá repetir o erro cometido quando fechou o setor de informática nos anos 70 e 80.

CAS e CCJ discutem restrição à propaganda de cigarros

Além de proibir publicidade nos meios de comunicação, projeto impede as indústrias de tabaco de patrocinarem eventos culturais ou esportivos

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse ontem que ainda acertará a data da audiência pública para debate do projeto de lei que proíbe a propaganda de cigarros nos meios de comunicação e em *outdoors*. O projeto também proíbe o patrocínio de fábricas de cigarros a atletas, clubes e eventos esportivos e culturais. Osmar Dias disse que vai combinar os detalhes da audiência pública com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino Maia (PFL-RN). A reunião estava marcada para a próxima quarta-feira, mas Agripino informou que que nesse dia deverá haver sessão plenária pela manhã, devido ao feriado do dia 12.

O projeto é de iniciativa do Executivo e foi transformado em um substitutivo, de autoria do deputado federal Jutahy Júnior (PSDB-BA), já aprovado na Câmara dos Deputados. A matéria tramita no Senado em regime de urgência e já recebeu 23 emendas. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), é o relator. A CAS e a CCJ examinam a proposta em conjunto.

Osmar Dias *(E)*, presidente da CAS, está em entendimentos com a CCJ para definir a data em que será realizada a audiência pública

Serão convidados para o debate o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o ex-senador Josaphat Marinho, o ex-deputado Marcelo Cerqueira e representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) e das associações brasileiras de Agências de Publicidade (Abap), de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), de Jornais (ANJ), de Editores de Revistas (Aner), de Anunciantes (ABA), dos Fumicultores do Brasil (Afubra), da Indústria e do Fumo (Abifumo) e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid).

A proposta proíbe a propaganda comercial de cigarros e produtos fumígeros (charutos, cigarrilhas e fumo para cachimbos) em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV e *outdoors*. Os anúncios serão liberados, apenas, em painéis, cartazes e pôsteres na parte interna dos locais de venda. O projeto proíbe ainda visitas promocionais ou distribuição gratuita de amostras em local público ou em estabelecimentos de ensino, e o envio de amostras pelo correio.

Antes da votação do projeto, a CCJ e a CAS deverão examinar requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) pela tramitação conjunta dos projetos que tratam de restrições à propaganda de bebidas alcoólicas, medicamentos e defensivos agrícolas. A senadora argumenta que essas matérias são regulamentadas pela mesma lei, a de nº 9.294, que dispõe sobre propaganda de produtos fumígeros.

Juristas e magistrados vão debater reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que prevê a realização de audiências públicas para debater a reforma do Poder Judiciário. Cabral é o relator, na CCJ, da reforma, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Para Bernardo Cabral, relator da matéria, o tema "não pode ser tratado de forma simplesmente conjuntural"

Pelo requerimento, aprovado por unanimidade, serão convidados os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite; do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto; do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Sérgio Xavier Ferolla; e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo Oscar de Castro.

O senador afirmou que, apesar das pressões da sociedade por rapidez na reforma do Judiciário, "o assunto não pode ser tratado de forma simplesmente conjuntural". Bernardo Cabral lembrou que a reforma envolve temas polêmicos como o efeito vinculante, a quarentena para ministros de tribunais e a criação do Conselho Superior de Justiça. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), acrescentou que a população já exige, nas ruas, a reforma do Judiciário.

Bernardo Cabral incorporou a seu requerimento sugestão do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que seja convidado também o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Também foi acrescentada a proposta do senador Edison Lobão (PFL-MA), que sugere a vinda de presidentes das associações estaduais e federal de magistrados.

Ao pedido do senador José Fogaça (PMDB-RS), para que fosse incluído um representante das justiças estaduais, Cabral afirmou que o presidente do Colégio dos Tribunais de Justiça, desembargador José Fernandes, levaria à comissão as sugestões apresentadas no encontro que se realizará brevemente em Belém.

CAS recebe emendas ao Orçamento até dia 11

Os senadores membros da Comissão de Assuntos Sociais deverão apresentar até o próximo dia 11 as emendas ao Orçamento que fazem parte da cota da CAS. O aviso foi feito ontem pelo senador Osmar Dias, presidente da comissão.

Osmar Dias informou que, apesar do prazo fixado pela Comissão Mista de Orçamento terminar no dia 19, terão prioridade as emendas encaminhadas até a próxima quarta-feira. O senador pretende nomear um relator para ajudá-lo a selecionar as emendas a serem levadas à Comissão de Orçamento.

Souto quer penas mais duras para crimes contra o erário

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou ontem, em Plenário, projeto prevendo penas mais duras para os crimes contra a administração pública. Ele explicou que a proposta responde aos argumentos usados por ministros do Supremo Tribunal Federal para conceder regime de prisão semi-aberto à advogada Jorgina de Freitas, fraudadora do INSS.

Pelo projeto de Souto, os condenados por crimes como peculato, corrupção passiva e tráfico de influência só poderiam ser beneficiados com a progressão de regime de execução penal – passagem da prisão fechada para prisão semi-aberta, por exemplo – e com a liberdade condicional após cumprirem metade da pena em regime fechado. Além disso, teriam de devolver integralmente os valores subtraídos.

– São inconsistentes as alegações de que é mais difícil punir quando as penas são severas e que os que cometem crimes contra os cofres públicos podem ficar livres, já que não estariam predispostos a cometer um crime violento. Precisamos ser mais rigorosos com aqueles que se apoderam dos recursos públicos – disse o senador.

Paulo Souto: "Precisamos ser mais rigorosos com aqueles que se apoderam de recursos públicos"

No caso do crime de peculato (apropriação pelo funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo que ocupa), Souto propõs que a pena aumenta de 3 a 12 anos para 3 a 25 anos. No caso da corrupção passiva (recebimento de vantagem indevida no exercício de função pública), sugere que passe de 1 a 8 anos de prisão para até 16 anos.

Rejeitado financiamento para profissionais recém-formados

Foi rejeitado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que criava o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O senador Luiz Otávio foi o autor do projeto que a CCJ decidiu ontem rejeitar

Pelo projeto, os novos profissionais teriam linhas de crédito subsidiadas para adquirir móveis, utensílios, máquinas e equipamentos para montar os seus negócios, desde que passassem a exercer as respectivas profissões naquelas três regiões. A iniciativa, conforme o senador, beneficiaria diretamente médicos, dentistas, advogados, bioquímicos, engenheiros, economistas, contadores, entre outros.

O próprio relator do projeto, Álvaro Dias (PSDB-PR), tinha dado parecer favorável ao projeto, porque considerava que milhares de profissionais recém-formados de nível superior seriam beneficiados. Mas Álvaro Dias cedeu diante do voto em separado do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que disse que o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do governo federal, já oferece créditos subsidiados aos novos profissionais, com dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Osmar defende CPI para investigar bancos estaduais

Segundo o senador, volume de recursos alocados pela União para sanear instituições financeiras controladas por estados gira em torno de R$ 80 bilhões e hoje várias irregularidades estão sendo apuradas pelo Ministério Público

Eduardo Suplicy lembra que primeira experiência de renda mínima surgiu no Alasca, em 1976

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades ocorridas nos bancos estaduais de todo o país. Uma das justificativas apresentadas pelo senador foi o suposto desvio de recursos do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Ele disse que a própria diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, confirmou em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos que "uma quadrilha assaltou" o Banestado.

Segundo o senador, o Banestado, cujo leilão de privatização está marcado para 17 de outubro, passou a ser dilapidado a partir de 1995, ano em que Jaime Lerner assumiu o governo do estado. "Esse processo de destruição obrigou o Senado a autorizar o Banco Central a repassar R$ 5,1 bilhões para cobrir o rombo aberto pela administração irresponsável e desonesta praticada no banco", afirmou.

Pelos cálculos de Osmar Dias, o volume de recursos alocados pelo governo federal para sanear bancos estaduais gira em torno de R$ 80 bilhões. Ele acrescentou que vários dos bancos beneficiados com esses recursos estão sendo investigados pelo Ministério Público e que essas apurações vão determinar a necessidade de uma CPI para se aprofundar o exame das irregularidades cometidas.

Osmar: críticas à privatização do Banestado, que, conforme ele, está sendo feita por valor inferior ao patrimônio líquido

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) concordou com Osmar Dias, lembrando que outros senadores também denunciaram irregularidades nos bancos dos seus respectivos estados. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que usineiros quebraram o Banco do Estado de Alagoas e o povo assumiu a dívida. "A população não pode pagar as dívidas feitas por políticos irresponsáveis", afirmou.

Auditoria realizada pelo Banco Central no Banestado, de acordo com Osmar Dias, já comprovou o desvio de R$ 344 milhões, e no decorrer das investigações este montante poderá chegar a R$ 600 milhões. "Mesmo que o governador Jaime Lerner diga que o problema não é dele, e sim do Banestado e do Ministério Público, as irregularidades aconteceram na sua gestão e foram cometidas por diretores nomeados por ele", disse o senador.

PRIVATIZAÇÃO

A privatização do Banestado também foi criticada. Osmar disse que o valor mínimo, estipulado em R$ 434 milhões, é inferior ao patrimônio líquido do banco, que chega a R$ 554 milhões. O senador acrescentou que quem comprar o Banestado levará o controle acionário da Copel (companhia de eletricidade do Paraná), já que 48% das ações da empresa foram utilizadas pelo governo para caucionar precatórios comprados pelo banco.

Osmar Dias destacou ainda que o edital de privatização obriga o governo estadual a, durante cinco anos, movimentar toda sua receita em agência de quem comprar o Banestado. "Essa cláusula é contra a economia de mercado", observou o senador.

Suplicy falará sobre renda mínima em Berlim

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao Plenário sua participação, amanhã, no VII Congresso Internacional da Rede Européia pela Renda Mínima (Bien), em Berlim. Suplicy fará palestra sobre as experiências de programas de renda mínima no Brasil.

Suplicy, que é membro do conselho consultivo da organização, falará sobre os programas de bolsa-escola no Brasil e o programa de renda mínima, que já é lei na cidade de São Paulo. O senador afirmou que o programa, garantindo renda de três salários mínimos (R$ 453) a cada família paulistana, será implementado com rapidez se a candidata Marta Suplicy vencer as eleições para a prefeitura paulistana.

O senador lembrou que o primeiro programa de renda básica, idealizado como um direito dos habitantes de participarem das riquezas naturais, surgiu no Alasca, em 1976, quando o governador Jay Hammond criou uma lei exigindo que 50% dos *royalties* recebidos da exploração do petróleo fossem distribuídos eqüitativamente entre a população.

Segundo Suplicy, este é o 19º ano consecutivo em que o governo paga esse dividendo, hoje da ordem de US$ 1.963,86 mensais por habitante. A população do Alasca soma 600 mil habitantes. Ele afirmou que um programa de renda mínima modesto no Brasil que desse R$ 40, por pessoa, por mês, gastaria R$ 80 bilhões anuais. "Pode parecer muito dinheiro, mas é menos do que o montante previsto no Orçamento para 2001 com os serviços das dívidas interna e externa", ressaltou.

Requião critica uso de tropas em proteção a fazenda

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a atacar, ontem, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou o uso de tropas federais para proteger a fazenda pertencente aos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG). A fazenda foi classificada de "símbolo nacional", na liminar concedida pelo ministro Nelson Jobim. Ele ironizou a liminar do STF, dizendo que, em breve, uma mudança no texto constitucional poderia colocar a propriedade entre os símbolos nacionais.

De acordo com Requião, que criticou o silêncio da imprensa, a fazenda de 1.046 hectares teria sido comprada por Fernando Henrique e pelo então caixa de campanha Sérgio Motta pela irrisória quantia de US$ 2 mil, "com dinheiro não declarado e no objetivo de burlar o fisco".

Tereza Grossi, diretora de Fiscalização do Banco Central, e Carlos Eduardo de Freitas, diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais, também foram criticados pelo senador. Eles compareceram à audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar a situação do Banestado, o banco do estado do Paraná, com privatização prevista para o dia 17 de outubro.

Requião questionou também o depoimento de dois diretores do BC na Comissão de Assuntos Econômicos

Requião considerou mentirosas as declarações de Carlos Eduardo, que não soube situar em que administração estadual o banco foi lesado. Depois de pressionado, Carlos Eduardo admitiu que em 1995, início do governo de Jaime Lerner, o banco teria sido "assaltado por uma quadrilha". Quanto a Tereza Grossi, Requião afirmou que ela não deveria estar falando à CAE, e sim à Polícia Federal, explicando sua participação no escândalo dos bancos Marka e FonteCindam.

Roberto Requião também classificou de irresponsável a atitude do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, que, na ausência do senador paranaense, pediu desculpas aos diretores do BC por eventuais "excessos" dos parlamentares durante a audiência.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Entrevista Especial* – O sociólogo Caetano Ernesto Araújo fala sobre as doutrinas políticas contemporâneas
7h30 – *Entrevista* – Sen. Álvaro Dias fala sobre a CPI do Futebol
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – A Idade do Brasil – O rosto
9h – *Cores do Brasil* – Camboriú
9h30 – Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
10h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – Prof. Antônio Ibañez, da UnB, fala sobre a educação para a ciência
19h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
19h30 – *Entrevista Especial* – O sociólogo Caetano Ernesto Araújo fala sobre as doutrinas políticas contemporâneas
20h30 – *Entrevista* – Sen. Álvaro Dias fala sobre a CPI do Futebol
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Patrocínio critica cortes em programa para crianças

Patrocínio: 3 milhões de crianças já estão no mercado de trabalho

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou ontem que os cortes realizados pelo governo federal no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) "representam um enorme retrocesso". O programa concede uma bolsa de R$ 50 às famílias carentes para manterem as crianças nas escolas.

Segundo Patrocínio, o Peti obteve bons resultados desde sua implantação, em 1996, nos estados do Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. É inadmissível, disse o senador, que o governo corte pela metade o valor das bolsas para as famílias que têm apenas um filho. Além disso, ele criticou o fim da garantia de atendimento às crianças de 7 a 14 anos, o que permitia a conclusão do ensino fundamental. Segundo os novos critérios do programa, a criança só terá direito à bolsa por dois anos, renováveis por mais dois, informou.

Na avaliação de Patrocínio, o Congresso Nacional tem "a obrigação de esclarecer à opinião pública" a gravidade do problema.

– A criança não deve ser retirada da escola para uma inserção precoce no mundo do trabalho, em condições manifestamente adversas ao equilíbrio de seu crescimento físico e mental.

Carlos Patrocínio citou dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef) que revelam a existência no Brasil de aproximadamente 3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos atuando no mercado de trabalho. Além disso, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) informam a existência de cerca de 800 mil crianças brasileiras desempenhando tarefas que a entidade classifica como "a pior forma de trabalho infantil", como escravidão, sujeição por dívida, prostituição, produção de material pornográfico e tráfico de drogas.

Arruda anuncia distribuição antecipada de livro escolar

José Roberto Arruda: as escolas receberão os livros ainda este ano

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), manifestou satisfação em anunciar que as 170 mil escolas públicas brasileiras de ensino fundamental receberão, no máximo até dezembro, os livros didáticos que utilizarão durante o ano letivo de 2001. "Trata-se de uma autêntica revolução na educação pública do país, embora feita de maneira silenciosa."

Segundo Arruda, o Ministério da Educação distribuirá gratuitamente, nos mais de 5.500 municípios brasileiros, cerca de 110 milhões de livros didáticos, praticamente o dobro do que foi entregue em 1994. O número de alunos de 7 a 14 anos matriculados na rede pública de ensino fundamental cresceu ainda mais no período. Eram 5,5 milhões de alunos à época, e em 2001 devem chegar a quase 33 milhões, total que representa 97% das crianças dessa faixa etária no país.

Para assegurar livros didáticos de qualidade física adequada e de bom conteúdo no próximo ano, o governo federal investiu R$ 496 milhões. Caberá à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) a tarefa de entregar os livros.

Arruda informou também que será distribuído um dicionário de português a cada um dos 17 milhões de alunos matriculados entre a 1ª e 4ª série do ensino fundamental, para aprimorar seu aproveitamento escolar. Ele festejou o fato de 19% dos alunos que terminaram o ensino fundamental estarem se matriculando em escolas do ensino médio. "Em 1994, a percentagem era de 3%."

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) falou da alegria dos alunos do ensino fundamental que começarão o ano letivo já com todos os seus livros. "Será uma emoção para os professores observar tantos rostos satisfeitos", acrescentou.

Hartung considera que o eleitor brasileiro amadureceu

Segundo o senador, o resultado das eleições municipais mostra que saíram vencedores os candidatos éticos e com idéias novas

Paulo Hartung: cidadãos estão descobrindo a força do poder local

Em pronunciamento realizado ontem em Plenário, o senador Paulo Hartung (PPS) afirmou que o resultado das eleições municipais indica que os eleitores sepultaram de vez a filosofia do "rouba, mas faz" e querem candidatos honestos, éticos e com idéias novas. Para Hartung, os cidadãos estão descobrindo a força do poder local e cada vez mais conscientes de que, a partir do trabalho realizado nas cidades, pode-se melhorar a saúde pública, a educação, o trânsito, os transportes coletivos, o saneamento e inclusive tratar de temas como geração de emprego e renda.

Na avaliação de Hartung, saíram vencedores no pleito os candidatos que se apresentaram como bons administradores e com capacidade de promover sua cidade no contexto nacional e, quando possível, internacional, pondo em funcionamento planos estratégicos para o futuro de forma a potencializar as vocações econômicas regionais. Como exemplos de cidades que viram esse novo painel se firmar, Hartung citou Vitória e Vilha Velha, no Espírito Santo. "Em Vitória, a reeleição de Luiz Paulo Vellozo Lucas com 68,6% dos votos consolidou um modelo de administração baseado no equilíbrio das finanças, focando sempre a melhoria na qualidade de vida", afirmou.

O resultado das eleições, na opinião de Hartung, mostra que o país amadureceu politicamente graças à redemocratização.

Ramez Tebet destaca participação popular

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem as eleições municipais, realizadas no domingo, comprovam o amadurecimento político da população brasileira e o aperfeiçoamento do sistema de votação. Ele destacou a grande participação popular, inclusive durante a campanha, e chamou a atenção para a reduzida abstenção e a pequena quantidade de votos brancos e nulos.

– O povo vota acertadamente. Entre os requisitos importantes para a escolha popular estão a honestidade, a transparência, a integridade dos candidatos – disse o senador, que apontou a vitória dos administradores competentes. Segundo disse, foram reeleitos os bons gestores, que pagam em dia o salário do funcionalismo e investem em educação e saúde.

Para Ramez Tebet, administradores competentes foram os vencedores

Tebet defendeu a adoção da fidelidade partidária. A medida, disse, colocaria o Congresso Nacional em sintonia com a vontade popular. A seu ver, a população tem desconfiança de políticos que trocam de partido a cada eleição, mesmo tendo sido eleitos, muitas vezes, graças ao quociente eleitoral obtido pela legenda. O senador também quer mudanças na lei que trata dos casos de inelegibilidade. Atualmente, os prefeitos podem se candidatar sem deixar o cargo, mas candidatos que sejam funcionários da administração municipal, para concorrer, são obrigados a descompatibilizar-se com meses de antecedência.

O senador elogiou ainda a atuação da Justiça Eleitoral e do Ministério Público, que estariam atentos para os abusos do poder econômico.

Para Lúdio Coelho, resultado fortaleceu o instituto da reeleição

Lúdio Coelho defende a aprovação de uma reforma partidária

Os resultados das eleições municipais apontaram para o fortalecimento do instituto da reeleição, avaliou ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Segundo disse, os maus administradores não obtiveram sucesso, mesmo tendo permanecido nos cargos durante a campanha.

– Sempre entendi que a reeleição representa oportunidade para os municípios, os estados e a nação manterem no poder pessoas competentes que prestam bons serviços à comunidade – afirmou. Outra conclusão do senador, a partir das últimas eleições, mostra a necessidade de promover uma reforma partidária. "O Congresso deve votar logo a reforma partidária, deixando pressões e receios de lado."

Lúdio informou que em 77 municípios de seu estado os prefeitos que prestaram bons serviços foram reeleitos. Em Amambaí (MS), segundo o senador, nem o prefeito e nenhum dos vereadores foram reeleitos.

O senador ressaltou o clima pacífico das eleições do último domingo. Segundo ele, a população votou independentemente de partidos, lideranças e promessas de políticos.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio